



A MULHER NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO

Ariella Silva Araujo¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre o papel que a mulher negra desempenhou no pós-Abolição. A justificativa se dá porque a história do negro - e da mulher negra ainda mais -, é assunto ainda pouco explorado pelos pesquisadores no que diz respeito a esse período, indicando a necessidade de um estudo apurado sobre diversos aspectos da história a partir da perspectiva do negro e da negra. Soma-se a isso a própria associação que se faz entre suas histórias e a escravidão. Isso porque, com o advento da Primeira República, em um contexto marcado pelo pós-Abolição, esses sujeitos tornaram-se secundários, chegando mesmo a lhes ser negado o papel de "produtor de uma história específica". Se há poucos estudos relacionados à raça nesse período histórico, quando somado ao gênero, a conexão entre essas duas categorias é pouco frequente. Sendo assim, nossa tentativa é trazer elementos sobre o papel que a mulher negra exerceu no passado e, que de certa forma, está presente nos dias de hoje.

Palavras-chave: Mulher negra; pós-Abolição; matriarcado negro brasileiro; famílias negras.

THE BLACK WOMEN IN POST-SLAVERY ABOLITION

ABSTRACT

This paper presents a discussion of the role that the black women played in the post-abolition. The reason is because the history of black men - even more the black women - , is a subject little explored by researchers about this period, showing the necessity of a refined study on various aspects of the history from the perspective of the black men and the black women. Added to it the association that is made between their stories and the slavery. This is because, with the advent of the First Republic, in a context marked by post-abolition, the main focus, these individuals become secondary, and also are denied to then the paper of "producer of a specific story." If there are few studies related to race in this historical period, when added to gender, the connections between these two categories are uncommon. Therefore, our attempt is to bring elements about the role which black women exercised in the past, and that somehow, is present is today.

Key-Words: Black women; post slavery abolition; brazilian black matriarchy; black families.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), UNESP/Araraquara. Membro do Grupo de Trabalho do Núcleo Negro da UNESP para pesquisa e extensão (NUPE). Pesquisadora do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) e do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diversidade (LEAD). Membro do Grupo de Estudos sobre Escravidão e Relações Étnico-Raciais (ERA)



LA FEMME NOIR EN POST-ABOLITION

RÉSUMÉ

Cet article présente une discussion sur le rôle que les femmes noires ont joué dans l'après-abolition. La justification est donnée parce que l'histoire du noir - noir et plus encore - est soumise encore peu exploré par les chercheurs à l'égard de cette période, montrant la nécessité d'une étude fine sur divers aspects de l'histoire du point de vue noir et noir. Ajouté à cette association le même qui est faite entre leurs histoires et l'esclavage. C'est parce que, avec l'avènement de la Première République, dans un contexte marqué par le post-suppression, l'objectif principal, ces sujets deviennent secondaires, et même ils se voient refuser le rôle de <<producteur d'une histoire spécifique>>. Si rares sont les études liées à la race dans cette période historique, lorsqu'ils sont ajoutés au genre, le lien entre ces deux catégories sont rares. Ainsi, notre tentative est d'apporter des éléments sur le rôle que les femmes noires exercées dans le passé, et qu'en quelque sorte, il s'agit aujourd'hui.

Mots-clés: Femme noire, après l'abolition; matriarcat noir brésilienne, les familles noires.

LA MUJER EN EL POST-ABOLICIÓN

RESUMEN

Este artículo presenta una discusión sobre el papel que la mujer negra jugó en el post-abolición. La justificación se da porque la historia del negro – de la negra todavía más – es tema todavía poco explorado por los investigadores en lo que concierne a ese período, lo que señala la necesidad de un estudio apurado sobre distintos aspectos de la historia a partir de la perspectiva del negro y de la negra. Se añade a eso la asociación que se hace entre su historia y la esclavitud. Todo ello porque, con la llegada de la Primera República, en un contexto marcado por el post-abolición, que era el foco principal, esos sujetos se convierten en secundarios, al punto de que se les negara el papel de "productor de una historia específica". Si hay pocos estudios relacionados a la raza en este período histórico, cuando se suman al tema género, se ve que la conexión entre las dos categorías es muy poco frecuente. De esta manera, nuestro intento es ofrecer elementos sobre el papel que la mujer ejerció en el pasado y que, en alguna medida, está presente en la actualidad.

Palabras clave: Mujer negra; post-abolición; matriarcado negro brasileño; familias negras.

A MULHER NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO

A história do(a) negro(a) se confunde profundamente com a da escravidão. Isso porque, com o advento da Primeira República, em um contexto marcado pelo pós-Abolição, de foco principal, esses sujeitos tornam-se secundários, chegando mesmo a lhes ser negado o papel de "produtor de uma história específica" (DOMINGUES, 2004). Se há poucos estudos relacionados à raça nesse período histórico, quando somado a questão de gênero, a conexão entre essas duas categorias são pouco frequentes. O objetivo do presente trabalho reside



justamente em discutir o papel que a mulher negra desempenhou nessa conjuntura histórica. Contudo, antes de entrarmos especificamente no assunto, cabe ressaltar que a escravização se processou de forma diferente quando se trata das relações de gênero. Embora ambas fossem baseadas na violência física, no caso da **escravizada** acrescenta-se a dominação masculina como resultante da violência simbólica, exercida pela via da comunicação, do reconhecimento ou do sentimento².

Mas, enfatizar a violência simbólica não significa diminuir a dimensão da violência física, “esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas”, ou, o que seria ainda pior, procurar desculpar os homens por esse modo de violência (BORDIEU, 2002) – o que não é o objetivo de Bourdieu (2002). Seu objetivo é mostrar que não se trata de uma mera oposição ao real, uma violência meramente espiritual e sem efeitos reais. Tal distinção simplista, segundo ele, característica do materialismo primário, visa destruir, “fazendo ver na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação”. É justamente nessa relação social ordinária que se constitui uma forma de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado; domínio de uma língua, de um estilo de vida e de uma propriedade distintiva, em que o mais eficiente simbolicamente é a propriedade corporal arbitrária, ou seja, a **cor da pele** (BOURDIEU, 2002).

No contexto aqui em voga, tal dominação é exercida pela autoridade máxima do **pater famílias** que, através das relações personalistas, articula o público e o privado em torno do seu poder de mando, representado em sua dupla moral sexual e como modelo nacional de dominação (sadismo de mando) (Freyre, 2000). Levando em consideração as argumentações de Moutinho (2004), ousamos concluir que isso ocorria por conta do papel que foi atribuído à mulher, seja ela branca ou negra, dentro desse modelo tradicional de família, pois às mulheres brancas cabia

[...] atuar no espaço doméstico e zelar, através de uma conduta moral e sexual retilíneas e da educação das crianças, pela honra da família. Aos homens, no “patriarcalismo poligâmico”, é concedida a autoridade máxima como pai e marido. O

²Adota-se o conceito de “escravizado(a)”, pois “[...] também se relaciona com o de empobrecido e de marginalizado. Não podemos dizer que os indivíduos simplesmente nascem, crescem e morrem escravos, pobres e marginais sem que haja sistemas de espoliação, exploração, expropriação e marginalização operando política, econômica, cultural, simbólica e psicologicamente na sociedade. [...]. Tratar o pobre como categoria nativa é simplesmente remetê-lo ao estado de natureza. Diante disso se mantém a lógica perversa de manter o escravo, o pobre e o marginal em sua culpa pessoal e coletiva – imputa-lhe a impotência de mudar sua história social” (FONSECA, 2009, p. 14).



pater familias não vivia com a esposa “branca” a satisfação do desejo sexual e sim com a amante “negra”. O casamento, aliás, não é o espaço para a vivência do erotismo: nem para o homem, nem para a mulher (MOUTINHO, 2004, p. 67).

Quando falamos do papel atribuído às mulheres, queremos nos referir à concepção de gênero, em que as relações sociais são construídas e percebidas enquanto diferenças físicas entre os corpos de homens e mulheres. Dessa forma, as relações de gênero passam a ser reduzidas a uma dimensão natural e imutável, no caso das mulheres em geral e, das negras escravizadas, em particular. Scott (1995) considera que nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, ou em outros termos, não existe fora das relações sociais. Porém, a dificuldade reside no fato de que alguns domínios da vida social foram associados à natureza, com a retirada da ação humana, como a infância, a família e a sexualidade (CARVALHO, 2011). Dessa forma, no caso da escravizada, sua sexualidade não é negada, mas antes exaltada. Uma explicação possível para isso, encontramos em Fanon (2008). Segundo este autor, a imagem do negro nas sociedades colonizadas estava associada à selvageria, ao reino do animal, da fortaleza e da sexualidade exacerbada, enfim, ao **plano do biológico**. Nesse sentido, o patriarcado tratou de naturalizar a opressão feminina. Se a mulher branca era tida como sacralizada em sua função de esposa e mãe, à negra escravizada só restava a função de objeto sexual, consolidada via estupro institucionalizado. Segundo Giacomini (1988) tal aspecto só se concretiza, porque “recaem sobre ela, enquanto mulher, as determinações patriarcais da sociedade, que determinam e legitimam a dominação do homem sobre a mulher” (p. 65). Afinal de contas, a dominação masculina não precisa de justificação.

Isso ocorre porque, Segundo Saffioti e Almeida (1995), o gênero materializa não só a sexualidade (e não o inverso) como engendra uma forma de poder. Os homens e as mulheres são classificados através do gênero e, dessa forma, separados em duas categorias: dominantes e dominadas, requisitos impostos pela heterossexualidade. Dessa forma, a autora entende a sexualidade como ponto de desigualdade de gênero. Esse quadro se agrava ainda mais quando pensamos a condição da mulher negra escravizada, incluída como propriedade e submetida, também, à violência de gênero. Este conceito é empreendido em seu sentido mais amplo, pois abrange não apenas as mulheres, mas crianças e adolescentes também (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995)³.

³Embora essas autoras não tenham feito essa aplicação dentro deste contexto histórico, entendemos que é pertinente tal utilização, pois os(as) menores, filhos(as) de escravizado(as), também eram submetidos(as) às mais diversas formas de tortura e violência.



Neste caso, além do “exercício da função patriarcal” do homem, que empreende o seu poder de mando através da violência física e sexual à negra escravizada, tal poder pode ser delegado à outra pessoa. A mulher branca, senhora, empreende diversas formas de violência contra a escravizada, infligindo maus tratos, principalmente, provocando hematomas, fraturas, queimaduras, mutilações, etc. Sendo a dominação uma forma de violência simbólica, esta impregna o “corpo e a alma das categorias sociais dominadas”, propiciando-lhes estruturas cognitivas conforme a hierarquia (SAFFIOTI, 2002).

Pode-se fazer outra leitura sobre o papel da mulher a partir da historiografia. Segundo essa perspectiva, os papéis parecem estar associados a um tipo de representação sobre a mulher no Brasil do século XIX, que Costa (2007) retrata muito bem. Para a autora, a imagem da mulher nas obras de viajantes não passava de uma mulher quase criança, vivendo sob a tutela de um pai despótico e depois sob o controle estrito do marido, em que sua sexualidade era totalmente inibida. Uma mulher com pouca ou nenhuma educação, que aspirava apenas ao casamento e à maternidade. Porém, na segunda metade do século XIX, essa imagem do isolamento e segregação começa a se alterar, cedendo lugar a uma figura de maior sociabilidade. “Mulheres passaram a ser vistas frequentando bailes, teatros e confeitarias, visitando amigos e até mesmo servindo-se do bonde para ir às compras ou à praia. Mas o retrato da mulher dependente, prisioneira nas teias da autoridade patriarcal persistia” (COSTA, 2007, p. 494).

No movimento feminista por luta de direitos essa representação da mulher enquanto frágil e indefesa, ignorante, submetida ao poder patriarcal, foi denunciada, contribuindo para evidenciar o caráter de opressão sofrido pelas mesmas. Para essas profeministas, que começaram a surgir no século XIX, as mulheres brasileiras eram oprimidas, vítimas passivas de seus senhores, pois “sem acesso à educação, não dispunham de meios para se emancipar: não tinham oportunidades de trabalho nem direitos ao sufrágio e à cidadania” (COSTA, 2007, p. 496). Contudo, as profeministas, assim como os viajantes, mencionavam algumas mulheres notáveis que venceram esses obstáculos, constituindo-se exceções à regra. Mas afinal, de que grupo social se trata?

Certamente tais representações – a da mulher dependente e a do poder patriarcal – não passam de generalizações baseadas nas experiências das classes médias e altas, o que ocultou, por parte dos historiadores, a complexidade e a variedade da experiência feminina, assim como as mudanças decorrentes do século XIX. O mesmo, porém, não pode ser dito em relação às classes subalternas, visto que

difícilmente se enquadrariam nesse retrato patriarcal as escravas, mulheres que trabalhavam como empregadas e amas-de-leite na casa dos ricos, as trabalhadoras da indústria, as prostitutas e vendeiras nas ruas da cidade, assim como as que, na zona rural, trabalhavam de sol a sol ao lado dos homens, ou aquelas que apareciam desde o período colonial nos censos como chefe de família (COSTA, 2007, p. 498).



Segundo Costa (2007), as mudanças operadas na vida das mulheres no século XIX estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do capitalismo, que alterou não só as condições materiais, como as relações sociais e o modo de pensar da época. Porém, elas foram superficiais e atingiram classes sociais de forma diversa, sendo as mais beneficiadas mulheres de classe alta e média. Mas também, se coloca em questão a própria experiência desses segmentos, que diferia muito. “Para a escrava, a principal preocupação era a liberdade, para as mulheres livres e pobres, a sobrevivência era a questão fundamental, e para as mulheres de elite, o alvo a ser alcançado real de independência e autonomia” (COSTA, 2007, p. 515).

Sob essa condição de extrema violência (simbólica e material) viveram, oficialmente, por mais de trezentos anos as mulheres negras escravizadas, pois “[...] o 13 de maio não significou o fim imediato das práticas escravistas das relações sociais de trabalho, com os hábitos a elas aliados” (DOMINGUES, 2004, p. 245). Para este autor, ao contrário do que postulava Fernandes (1965) - para quem a nova ordem social instauraria a livre concorrência entre os agentes de trabalho -, houve perpetuação dos padrões escravistas nas relações de trabalho supostamente assalariadas. Em diversas passagens, ele demonstra através de depoimentos, as formas de violência a que estavam submetidas as mulheres negras mesmo no pós-Abolição, exercidas principalmente por outras mulheres, como já afirmamos anteriormente.

Há muitos anos já não lhe era permitido sair à rua pelos donos da casa, nem mesmo acompanhando a família. Não tinha licença de chegar à porta da rua. Não era bem tratada na casa de Júlio Ramalho, sofrendo ali castigos por parte da mulher daquele cidadão, Fabrícia Ramalho. Era castigada com chicote, tomava bofetadas, murros nas costas e nos braços, dos quais, em consequência dessas pesadas pancadas, mal podia erguer à altura da cabeça. Que Fabrícia Ramalho, além de espancá-la constantemente, dava-lhe bofetões na boca, com os quais lhe arrancou os dentes (PINTO *apud* DOMINGUES, 2004, p. 249).

Essa “permanência do padrão escravista nas relações trabalhistas” evidenciou-se nas supostas agências de emprego, que, disfarçadas de instituições de caridade, funcionavam como aliciadores de ex-escravizados(as) para os mais diversos serviços, como nas fazendas, nos canteiros de obras e nas casas de famílias abastadas. Recebiam apenas a comida e o alojamento como forma de pagamento. Tais agências recrutavam trabalhadores de forma violenta, ameaçando-os com armas de fogo a aceitar o trabalho. Uma das argumentações era controlar a “massa egressa do sistema escravista” sob a suposta falta de mão de obra (DOMINGUES, 2004). As mulheres negras foram as que mais sofreram, antes e após o período da Abolição, pois os serviços domésticos mantiveram vivo o ideário do cativo, expressão nas palavras de Dona Inez: **“Ah ia me esquecendo, mas quero contar de qualquer jeito: você sabia que, em 1930, nesta cidade, tinha patroa que usava chicote, e a gente ficava quieta!”** (BERNARDO, 1998, p. 53).



Mesmo diante desse quadro, não significa que foram inteiramente passivas, pois empreenderam diversas formas de resistência, seja no interior das senzalas, seja no interior da “Casa Grande”. Cabe ressaltar que tais formas de oposição já se faziam presentes desde o traslado dentro dos porões dos navios negreiros, em que se verificava a necessidade de manter separados os escravizados, pois “[...] as mulheres, quando viajavam junto aos homens, freqüentemente os instigavam a se revoltar contra a tripulação” (PAIXÃO & GOMES, 2008, p. 951).

No que diz respeito à senzala, as mulheres negras recriavam aspectos culturais originais, edificando sólidas comunidades. Podemos ressaltar que seja seu o papel-chave na transmissão oral de crenças dentro dos limites dessa comunidade em formação, assim como a manutenção da família, em seus variados aspectos. Reis (1999) demonstra esse último aspecto em seu trabalho, procurando evidenciar que homens e mulheres submetidos à escravização lutaram pela preservação de suas famílias e das relações afetivas, uma história de homens, mulheres e crianças que não se acomodaram e resistiram da forma como podiam.⁴ Já na “Casa Grande” as formas de oposição mostravam-se sutis. Os senhores jamais se sentiam em segurança, pois temiam a administração de venenos em pequenas doses. “Quando um senhor descobre que um escravo é ‘feiticeiro’ ou ‘médico’, conhece ervas ou a magia, com frequência apressa-se em vendê-lo tal é o seu temor ao envenenamento gradual (MATTOSO, 1982, p. 156)”. Havia também aquelas que beiravam o limite da honestidade, como furto de alimentos, de roupas, de dinheiro, de mercadorias etc. As mulheres negras escravizadas jamais executavam um serviço de forma satisfatória caso a senhora lhe impingisse tal ordem. A cozinheira sabotava seus serviços de arrumadeira,

[...] a velha ama de leite negra, que reina sobre os domésticos, sabe-o melhor que ninguém, pois faz parte também daqueles ‘anciãos’, os ‘tios’ e ‘tias’, mantidos de olho pela comunidade negra, conscientes da força que possuem e dos quais desconfia ainda mais que dos senhores brancos. Trapacear o senhor é um jogo que tem sua justificativa na própria opressão (MATTOSO, 1982, p. 157).

⁴ Em seu estudo, Reis (1999) procura mostrar o desejo de liberdade e de vida familiar existente entre os escravizados(as) na Bahia do século XIX. A vida familiar manifestava-se através da solidariedade - esta se estendendo para além da chamada família nuclear. “Na família escrava senhorial havia mãe, filhos e irmãos apenas; note que, em todos os casos, são mencionados mãe e irmãos. O pai, quase sempre, não existe num discurso senhorial, porque não é figura significativa na definição do escravo, já que é o estatuto da mãe que garante aquele do filho. Mesmo assim, não se pode dizer que, por não estar presente no discurso senhorial, o pai estivesse ausente da vida do escravo. Embora mais rara, a presença do pai também aparece na cadeia de solidariedade com o negro em fuga” (p. 42). Em suma, “Nessa história, a família e as afetividades escravas, em lugar de serem fator de acomodação, representaram motivo de rebeldia (p. 46) .



É no espaço da **Casa Grande** que a mulher negra atuou como elemento fundamental na vida privada da sociedade patriarcal. Segundo Freyre (2000), todo brasileiro traz a marca da influência negra

da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boba. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 2000, p. 343).

Pode-se perceber nesta passagem o servilismo ao qual a mulher negra escravizada estava submetida. Uma de suas principais funções acabava por preencher os espaços deixados pela mulher branca. Havia a negra idosa de um lado, que ficava responsável pelos afazeres domésticos, pela criação dos filhos do patriarca, assim como pela arte da culinária. Por outro, havia a negra mais jovem, a **mucama**, que possuía a função de satisfazer sexualmente seu senhor, além de outras.

O PÓS-ABOLIÇÃO

O contexto do pós-abolição não proporcionou alterações significativas nesse quadro, pois apenas a partir de 1930 averiguamos algumas mudanças. Porém, em relação ao homem negro, a mulher negra foi mais bem “sucedida”. Segundo Fernandes (1965), o estrato feminino teve condições mais favoráveis ao novo estilo de vida, principalmente devido aos serviços domésticos: “[...] é a mulher (e não o homem) que vai contar como a agente de trabalho privilegiado – não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, **com um meio de vida**” (FERNANDES, 1965, p. 66). Tal situação “privilegiada” da mulher gerou um fenômeno de espoliação do negro sobre a negra, que é altamente discutida por Fernandes (1965), consequência da desagregação do regime servil e de sua herança escravista, ou de um **habitus precário**, segundo Souza (2003)⁵.

O negro tornou-se cada vez mais dependente da mulher negra, devido à impossibilidade de ganhar a vida de maneira segura, compensadora e constante, através de ocupações “conspicuamente urbanas”. A grande maioria vivia de pequenos “expedientes”, sujeitando-se aos “serviços de negros” (faxina, carregador de pá, picareta, etc). Eram serviços mal pagos, no geral, e requeriam pouca ou nenhuma qualificação. Contudo, havia outros tipos de serviços menos extenuantes,

⁵ Para mais detalhes, ver Souza (2003).



como os exercícios de caráter liberal: médicos, advogados, motoristas, funcionários públicos, os quais eram exercidos também por negros. A esse fenômeno Fernandes (1965) constatou, a partir de depoimentos colhidos, uma diferença em relação ao futuro dos egressos da escravidão entre “negros do eito” e “negros da Casa Grande”.

Os primeiros compunham a camada desqualificada e paupérrima da população, pois estavam ligados aos trabalhos manuais e rudes (ensacadores, entregadores, ajudantes de pedreiros, carpinteiros, pintores, etc), de caráter esporádico, analfabetos e mal vestidos (símbolo de **distinção**). Já os segundos, na década de 20 chegaram até mesmo a constituir a elite de cor paulistana, pois foram menos desfavorecidos na estrutura ocupacional urbana, por conta da educação recebida a partir do contato com o branco. Porém, não foi apenas esse fator o preponderante para a sua melhor colocação na vida da cidade, mas sim o apadrinhamento do branco. O “pistolão”, a forte proteção de “algum figurão branco”, servia para que o negro galgasse melhores ocupações. Mesmo assim, para Florestan (1965) a relativa vantagem que os “negros da Casa Grande” tiveram sobre os “negros do eito” não foi significativa na alteração do **status** da população de cor, pois cada família protegia um número ínfimo deles. Domingues (2004) vai ao encontro dessas ideias, afirmando que não podemos superestimar esse tráfico de influência do branco na integração do negro à ordem social competitiva, por dois motivos. Primeiro, porque o número de negros beneficiados por tal protecionismo e fixados na cidade não foi significativo; segundo, os empregos oferecidos aos negros eram modestos (auxiliares de escritório, moços de recados, serventes, funcionários públicos). Ainda segundo este autor, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1939) este seguimento se constituiu em uma “espécie de elite negra”, diferenciada da “plebe negra”, demonstrando a divisão interna na comunidade negra. Este ponto de diferenciação é muito importante, pois contraria algumas formulações de Fernandes (1965).

O termo “elite negra” (cf. DOMINGUES, 2004), possui três sentidos específicos: um **político**, pois se aclamavam (sendo aceitos pelos brancos) como dirigentes políticos da comunidade negra; outro **educacional ou cultural**, pois eram alfabetizados e considerados “evoluídos; e, por fim, o **ideológico**, pois reproduziam muitos valores da classe dominante. Embora ressaltassem o primeiro aspecto, o autor chama a atenção para o fato de o discurso ideológico não conseguir atingir o conjunto da população negra, pois “a ‘elite negra’ era um setor quantitativamente minoritário e, muitas vezes, descolado da massa negra [...]” (DOMINGUES, 2004, p. 210). Já o segundo setor, “a plebe negra”, era composto por desempregados(as), malandros, trabalhadores braçais, domésticos(as), biscateiros, indigentes, prostitutas, enfim, os desqualificados socialmente. Essa caracterização que Domingues (2004) faz é extremamente importante, pois evoca as diferenças existentes no padrão e na expectativa de vida, no comportamento, na mentalidade e até no modo de se vestir.⁶ O divisor entre eles também diz respeito à inserção no “mundo do branco”, pois



o modelo ‘branco’ de educação, etiqueta, cultura, protesto e organização era incorporado, total ou parcialmente, pelos negros da elite. Já os negros da plebe negavam consideravelmente os valores do mundo ‘branco’, assumindo, muitas vezes, um estilo de vida alternativo, expressado pela prática da resistência cultural (samba, capoeira, macumba e malandragem) e preservação, em certa medida, da visão de mundo ancestral (DOMINGUES, 2004, p. 211).

Tais diferenças refletiram no próprio modelo de família, que assume outro sentido perante a família tradicional burguesa: nuclear, monogâmica, composta por marido, mulher e filhos, em regime patriarcal. A família da “plebe negra” era formada por mãe e filhos, eventualmente por tios, avós e netos, o que infere o papel que a mulher assumia (ou assume?) nesse sistema: o de autoridade máxima. Exercendo controle sobre a família e seus recursos escassos, conjuntamente com a ausência do cônjuge, a mulher assumia o papel de chefia, com sua independência econômica e psicossocial em relação ao homem. É plausível que assim fosse, pois segundo Bastide (1974) “a autoridade pertence àquele que sustenta a casa, e, como frequentemente a mulher trabalha enquanto o marido não encontra emprego, a família tende a tomar uma forma ‘matriarcal’” (p. 35). As mulheres negras da “plebe” mostravam-se despojadas dos valores da sociedade inclusiva, em que a maioria (mais ou menos 90%), sendo mães solteiras, não demonstrava motivo de tanto constrangimento social. Segundo Bernardo (1998), essa forma de família possui raízes na África e são chamadas de **matrifocal**, sendo extremamente importantes para a explicação da organização social negra nas Américas.

Além desses fatores, tais famílias da “plebe negra” possuíam uma rede de solidariedade, incluindo parentes, vizinhos e amigos, como forma de superar as privações materiais. Segundo Domingues (2004), “esse sentido de ‘irmandade’ da plebe negra gerou a família ampliada, ou seja, a formação de uma família cujos membros constituintes não eram ligados apenas pelos laços consanguíneos, mas também pela relação de deferência e companheirismo (p. 214)”. Dessa forma, um dos atributos da família negra era a sua união, através de laços de solidariedade e de amor, que se constituíram como forma de sobrevivência perante um contexto social adverso, marcando uma forma de resistência no mesmo, assim como instituição formadora da personalidade, como refúgio emocional aos problemas gerados pelo racismo. Diferentemente da família da “plebe negra”, os valores da família da “elite negra” eram diferentes, e tomavam como referência os vigentes na sociedade em geral, como o casamento e a virgindade.

“Os negros da “elite” utilizavam roupas de casimira, bengala, palheta, chapéu, luva. Já os da “plebe”, possuíam dificuldades até para comprar roupas de segunda linha. Vestiam brim, andavam de chinelo ou até mesmo descalços. Segundo Domingues (2004), o tipo de roupa era indispensável para aqueles que pretendiam fazer carreira. Nos vários depoimentos presentes em Bernardo (1998) pode-se verificar esse fenômeno.



Tais considerações apontadas anteriormente vão à contramão do que postulava Fernandes (1965). Para este autor, o insucesso do negro decorria, entre outras coisas, pela ausência ou deficiência de certas influências socializadoras, dirigidas e reguladas pela família, que foi importante para os imigrantes, mas que infelizmente não teve o mesmo sucesso para os negros, pois a família negra não chegou a se constituir nos moldes tradicionais, por conta da herança escravista que os deformara. Mesmo que Fernandes (1965) não problematizasse como fenômeno isolado, e tampouco como causa de desordem social permanente, para ele “a ausência ou as deficiências da família como instituição social integrada favoreciam a emergência tumultuosa de desajustamentos e de comportamentos egoísticos, o que explica a amplitude e a virulência com que se manifestavam os referidos problemas sociais” (FERNANDES, 1965, p. 117). Parece que tais percepções de Fernandes aproximam-se das orientações de Parsons que, segundo Hita (2005), fundam-se no modelo de família nuclear democrático, e seus efeitos socializadores são entendidos enquanto estágio de desenvolvimento avançado nas sociedades modernas.⁷ Dessa forma, os modos de organização familiar alternativos, que escapam a esse modelo hegemônico e universalizante, mesmo em sociedades de descendência matrilinear, são vistos como patológicos ou como desvios de padrão. Além disso, como pudemos perceber, tais aspectos ressaltados por Fernandes (1965) dizem respeito a um dos seguimentos da comunidade negra, da “plebe negra”, não podendo ser generalizado ao grupo negro como um todo. Logo, as análises de Fernandes (1965), apesar das contribuições importantes, parecem um tanto equivocadas no sentido de atribuir tais características de forma homogênea, assim como imputá-las ao seu desajustamento social, em que os comportamentos egoísticos evidenciam-se na exploração da mulher negra, que ele atribui a um dos efeitos sociopáticos, com excessiva obrigação de papéis sobre a mulher, pois

a mulher – e não o homem – constituía a figura dominante, onde persistia alguma sorte de desintegração nos laços familiares ou conjugais. A mulher negra avulta, nesse período, qualquer que seja a depreciação aparente de seus atos ou a miséria material e moral

⁷Segundo Hita (2005) “[...] o aspecto evolutivo do seu funcionalismo, reside em que consideramos ser este o marco propriamente desde onde ele realiza sua análise da família, tomando o modelo nuclear norte-americano como o modelo padrão universal, mais avançado de sociedades industriais modernas. O modelo de família nuclear descrito por Parsons teria se desenvolvido em sociedades avançadas a partir do processo de urbanização e industrialização. Seu esquema, referenciado na experiência da classe média urbana dos EUA dos anos 50, foi defendido como o modelo mais amadurecido de família para o qual outros modelos tidos como menos desenvolvidos tenderiam a caminhar, como se a diversidade de modelos familiares apresentados ao longo da história e de distintas culturas pudessem ser classificados como sendo moralmente inferiores, culturalmente menos civilizados e menos sadios” (p. 121).



reinante, como a artífice da sobrevivência dos filhos e até dos maridos ou ‘companheiros’. Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da ‘população de cor’ teria sucumbido ou refluído para outras áreas (FERNANDES, 1965, p. 163).

Florestan acerta no sentido de verificar o papel preponderante da mulher negra na nova ordem social que surgiu. Contudo, como pudemos verificar, havia redes de solidariedade não só ao suporte material como também moral e psicológico dentro da família extensa da plebe negra. A mulher negra teve “sucesso” maior na colocação dentro do mercado de trabalho, como dito anteriormente. O mesmo não pode ser dito em relação ao homem, seja o do campo, que continuou alocado em serviços pesados, ou o da cidade. Em relação ao último, o que preponderou foi o regime de trabalho informal, precarizado, destinado às atividades manuais, com grande concentração na prestação de serviços e no comércio ambulante. Por conta da alta instabilidade empregatícia, os negros eram obrigados a lançar mão de formas alternativas, a fim de conseguirem o sustento diário, como pedir esmola e furto. Já as mulheres negras operaram enquanto lavadeiras, quituteiras, prostitutas e empregadas domésticas. É principalmente por conta da última atuação que a mulher negra ganhou independência financeira, conseguindo, no período escravista, sua alforria e se colocando enquanto chefe de família. Tal ocupação é preponderante até os dias atuais, pois, segundo pesquisa do IPEA (2011), em 2009, 21,8% das mulheres deste grupo racial ocupam esse nicho contra 12,6% das trabalhadoras brancas (IPEA, 2011, p. 5).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ainda se faz necessário um estudo apurado sobre diversos aspectos da história a partir da perspectiva do negro, e, antes, da negra. Tentamos traçar aqui um pano de fundo sobre o papel que essa mulher negra exerceu no passado e que persiste até os dias atuais. Papéis como mantenedoras de suas tradições, por meio da oralidade e de suas famílias, sua presença como amas de leite e na sua preponderância enquanto chefia de família persistem até os dias atuais (IPEA, 2011). Segundo Zarur (1976), a questão da matrifocalidade, presente nas famílias negras, tem um valor muito mais adaptativo do que “patológico”, como concebia Fernandes (1965). Isso porque os homens negros foram levados a essa situação concreta, devido ao baixo nível de renda obtido por meio dos serviços temporários e não porque desejassem viver essa situação de matrifocalidade. Para Zarur (1976), não havia muitas alternativas para esses homens devido a fatores que estavam fora do ambiente familiar. Mas Hita (2005) vai ainda mais longe ao constatar não só uma redescoberta da família extensa na contemporaneidade - não pautado na emergência de um modelo passado, mas sim de um fenômeno novo decorrente da pobreza e das desigualdades sociais - mas também que tal modelo de família nuclear, que se constituiu nos Estados Unidos a partir da experiência da classe trabalhadora, não se



concretizou de forma hegemônica no Brasil. Em outros termos, tal orientação não se adaptou ao nosso contexto **stricto sensu**. Apesar de a família extensa (e matriarcal) ser bastante comum entre a comunidade negra, isso não significa que seja um fenômeno particular desta, pois se estende a classe trabalhadora de modo geral.⁸

Seja como for, a importância da mulher negra não é desconsiderada. Antes de tudo, tentamos ressaltar seu protagonismo. Peça fundamental na “Casa Grande”, essa mesma mulher é mais importante ainda no pós-Abolição, por procurar, através de esforços inúmeros, congregar em torno de si uma família, mesmo que não nos moldes “democráticos nucleares”. Isso não significa tentar construir uma visão romantizada em torno dessa mulher, pois nesse mesmo período sofreram (e sofrem até hoje) as mais diversas formas de violência. O mesmo pode-se dizer em relação à imagem construída dessa mulher, associada, no período escravista, à da mucama altamente permissiva e depois passando por uma estigmatização e erotização do corpo, que, segundo Paixão e Gomes (2008), culminam no presente com as atuais desigualdades no mercado de trabalho, derivadas de cor ou raça, somadas ao sexismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, R. *As Américas Negras: as civilizações africanas no novo mundo*. São Paulo: Edusp/Difel, 1974.

BERNARDO, T. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, M. P. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, Rio de Janeiro jan./abr/ 2011.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DOMINGUES, P. *Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-Abolição*. São Paulo: SENAC, 2004.

⁸Este fenômeno mostra-se presente nas regiões do Nordeste e do Sul brasileiros. Em Salvador, a proporção em uma amostra representativa é de 51,6% famílias extensas; 34,8% família nuclear pura; e 14,6% nuclear incompleto, ou seja, mãe e filhos. O mesmo evento registra-se em Porto Alegre, em que, em bairros periféricos, a preponderância é da organização social da família extensa, que “[...] prioriza laços consanguíneos aos conjugais e que a circulação de crianças faz parte d



- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. v. I. São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- FONSECA, D. J. *Políticas Públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1*. São Paulo: Record, 2000.
- GIACOMINI, S.M. *Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HITA, M.G. *A família em Parsons: pontos, contrapontos e modelos alternativos*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume16%281%29/Artigo%205%20%28Maria%20Gabriela%20Hita%29.pdf>. Acessado em 08 de outubro de 2011.
- IPEA. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110505_comunicadoipea90.pdf.
Acessado em 14 de setembro de 2011.
- MATTOSO, K. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOUTINHO, L. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. *Cadernos Pagu* (23), julho-dezembro de 2004, pp.55-88. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000200003>. Acessado em 07 de agosto de 2011.
- PAIXÃO, M; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. *Revista Estudos Feministas*. vol.16 no. 3 Florianópolis set./dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300014>. Acessado em 21 de agosto de 2011.
- REIS, I. C. F. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Revista Afro-Ásia*, 23 (1999), 27-46.
- SAFFIOTI, H.I.B; ALMEIDA, S. S. *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. N. 16, Campinas 2001, pp.115-136.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-100, jul./dez. 1995.



SOUZA, J. *(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?* Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000200003>. Acessado em 19 de setembro de 2011.

ZARUR, G. *Repensando o Conceito de Matrifocalidade*. Disponível em: <http://www.georgezarur.com.br/artigos/?pagina=3>. Acessado em 8 de outubro de 2011.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em janeiro de 2013